

Governo promete a credores manter medidas para desaquecer economia

BETH CATALDO

BRASÍLIA — O Governo brasileiro se comprometeu com os bancos credores da dívida externa a manter uma política monetária restritiva, anotando como sinais positivos na economia brasileira as evidências de “rápido e marcante” desaquecimento e a centralização de seu comando no Ministério da Fazenda. Esses parâmetros constam do telex remetido pelo Governo brasileiro ao Comitê Assessor de Bancos com data de 25 de março deste ano.

No documento assinado pelo Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, e pelo Presidente do Banco Central, Francisco Gros, o Governo brasileiro apresenta-se com a disposição de tomar “medidas fortes” para enfrentar as circunstâncias que o País atravessa. Ao mesmo tempo em que afirma seu compromisso com a “austeridade”, a partir da iniciativa de eliminar os subsídios ao trigo e rever a legislação sobre a concessão geral de subsídios.

Ao relacionar as medidas econômicas mais recentes que adotou, o Governo brasileiro chama a atenção dos bancos credores para a queda do déficit público para 2,7 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do ano passado — “uma das mais baixas do mundo”. Lembra que o Presidente Sarney determinou diretrizes para que os gastos do Tesouro se restringam à sua arrecadação e que a receita tributária crescerá em torno de 20 por cento neste ano. E que a poupança voltou a aumentar em função de uma política de juros com taxas de juros reais positivos.

Os resultados dessa política, se-

gundo diz o Governo no documento, é a queda de preços, “em vários setores”, e a recuperação da balança comercial. Assegura-se a intenção do Governo de manter uma taxa cambial competitiva realista.

A transferência da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) e das Secretaria Especial das Empresas Estatais (Sest) da esfera do Ministério do Planejamento para a Fazenda, permitindo uma “política geral” de direção e controle da economia, é apontada no documento como uma mudança estrutural no País. Com a vantagem adicional, acrescenta-se, de permitir a adoção de políticas coerentes na economia daqui para a frente.

O Governo brasileiro pouco avança no documento em relação ao prometido plano econômico para o País. Limita-se a caracterizá-lo como coerente com as medidas recentemente adotadas e anunciá-la para um futuro breve.

Na parte referente à área externa, além do já conhecido pedido de manutenção da linha de curto prazo (comercial e interbancário) até a data de 30 de maio deste ano, o Governo brasileiro incluiu uma referência inquietante para os bancos credores. Num tom evasivo, o Governo reconhece que não tem cláusulas previstas para os vencimentos relativos a amortizações da dívida de médio e longo prazo do País, depois de 31 de março.

E nesta data que vence o acerto provisório estabelecido pelo Governo com o Comitê Assessor para que as amortizações devidas em 1987 permitissem depositadas no Banco Central remuneradas com **spread** de 1,125 por cento mais a taxa **libor**.